

A (possível) produção democratizada do espaço urbano

The (possible) democratic production of the urban space

La (posible) producción democrática del espacio urbano

Denise MORADO NASCIMENTO

Arquiteta, Mestre em Arquitetura, Doutora em Ciência da Informação; Escola de Arquitetura da UFMG;
dmorado@gmail.com

RESUMO

O artigo a ser apresentado refere-se aos aspectos teóricos que abraçam outros três trabalhos pertencentes ao simpósio temático, igualmente nomeado com o título deste. São trabalhos calcados em projetos de pesquisa, ensino e extensão, que tem como ponto comum a elaboração de contraposições à atual produção do espaço urbano, visando a apropriação democrática do espaço urbano. Iniciamos pelas questões próprias da modernidade e os saberes ali implícitos, conjecturados por Boaventura de Souza Santos. Em seguida, recorreremos a Pierre Bourdieu e a Michel Foucault, com o objetivo de construir pressupostamente argumentos teóricos para o entendimento da lógica social da produção do espaço urbano.

PALAVRAS-CHAVE: produção do espaço, processos compartilhados, espaço urbano, democratização.

ABSTRACT

The paper to be presented refers to the theoretical aspects that embrace three other papers belonging to the symposium theme, also named with the title of this. These works are grounded on research, education and extension projects, with the common task to elaborate oppositions to the current development of the production of urban space, seeking its democratic appropriation. We initiate with some issues of modernity and its implicit knowledge, studied by Boaventura de Souza Santos. Next, we turn to Pierre Bourdieu and Michel Foucault, with the goal of supposedly building theoretical arguments for understanding the logic of the social production of urban space.

KEY-WORDS: production of space, shared processes, urban space, democratization.

RESUMEN:

El siguiente documento se refiere a los aspectos teóricos que abarcan otros tres trabajos pertenecientes al simposio temático, también llamado con el título del mismo. Estos trabajos se basan en proyectos de investigación, educación y extensión, que tienen en común la elaboración de contraposiciones al actual desarrollo de la producción del espacio urbano, buscando la apropiación democrática del mismo. Empezamos por cuestiones propias de la modernidad y los conocimientos implícitos en el tema, presentados por Boaventura de Souza Santos. A continuación, pasamos a Pierre Bourdieu y Michel Foucault, con el objetivo de construir argumentos supuestamente teóricos para la comprensión de la lógica social de la producción del espacio urbano.

PALABRAS-CLAVE: producción del espacio, los procesos compartidos, el espacio urbano, la democratización.

1 A MODERNIDADE

Nosso ponto de partida refere-se à explicitação do discurso modernizador como processo do século XX calcado pela investigação 'sujeito e objeto' das vertentes filosóficas iluministas e, a partir daí, suporte para a construção histórica da modernidade. Interessa-nos apontar as reflexões de Boaventura de Souza Santos, Pierre Bourdieu e Michel Foucault como base teórica dos trabalhos de ensino, pesquisa e extensão referentes à produção do espaço urbano, a serem apresentados.

Consideramos, então, a distinção de Habermas, adotada por Canclini (2000), entre a modernidade como etapa histórica, a modernização como um processo sócio-econômico que vai construindo a modernidade, e os modernismos, ou seja, os processos culturais que renovam as práticas simbólicas com um sentido experimental ou crítico.

Os filósofos iluministas (Bacon, Hobbes, Descartes, Locke, Hume e Kant) acreditam na crítica à religião como alcance da autonomia e felicidade humana (a razão secular como substituto cultural para a religião), na ciência como subsídio à construção das crenças sobre o mundo (a ética racional e estética como consenso cultural) e na noção unitária do indivíduo (SEIDMAN, 1990). Porém, para vários autores, entre eles Blackburn (1994), é Kant que afeta implicitamente a epistemologia, metafísica e ética modernas. Seus estudos surgem a partir do questionamento sobre a *razão pura* independente da experiência, ao fim reconhecidos como superação do *racionalismo* (o conhecimento verdadeiro puramente intelectual, de Descartes) e do *empirismo* (o conhecimento a partir da experiência, de Locke). Para Kant, o conhecimento é constituído de matéria (o objeto, a experiência) e forma (o sujeito, o entendimento).

O pensamento do século XVII, caracterizado pela ênfase na experiência e na razão, alimenta o intuito dos filósofos utilizarem sua acumulação de cultura especializada para enriquecimento do cotidiano e sua organização racional. Entretanto, a diferenciação da ciência, moralidade e artes significa a autonomia dos segmentos tratados pelo especialista e ao mesmo tempo, sua separação da comunicação diária (HABERMAS, 1990).

Na análise de Canclini (2000), quatro movimentos básicos constituem a modernidade:

- projeto emancipador baseado na racionalização da vida social e o individualismo crescente;
- projeto expansionista de cunho econômico expressa pelo consumo de bens simbólicos e materiais;
- projeto renovador que anuncia o progresso e inovação;
- projeto democratizador que confia na educação e saberes especializados.

Assim, no final do século XVIII, a ciência torna-se a linguagem aceita para legitimar normas da verdade e da moral. O conceito de 'moderno' muda da idéia de tempo em contraponto aos antigos para a designação do progresso e desenvolvimento do conhecimento e da melhoria social e moral. Nesse bojo, a especialização dos objetos provoca a separação daquilo que estava unido: o "fazer" e o "saber-fazer"; o conhecimento religioso do filosófico e do científico (FERNANDES, 1995). A construção da história da modernidade se estende baseada em um conjunto de conhecimentos fragmentados e recortados em falas e leituras, por entender o tempo e o espaço no singular (TEIXEIRA, 1995).

O descolamento e fragmentação do 'fazer' e 'saber-fazer' são produtos da construção histórica da modernidade ligados à ciência e técnica mas também vão além dos objetivos estabelecidos pelo projeto sócio-cultural da modernidade. A geração de profissionais especialistas acentua a distância entre a cultura profissional e a do público, entre a ciência e o cotidiano.

Habermas (1990) pergunta: devemos nos agarrar às intenções do iluminismo ou declarar o projeto da modernidade como causa perdida?

2 OS SABERES E A MODERNIDADE EM BOAVENTURA

A modernidade, segundo Santos (1991), se instala sob dois pilares fundamentais: o *pilar da regulação*, constituído pelos princípios do estado (Hobbes), do mercado (Locke) e da comunidade (Rousseau); e o *pilar da emancipação* constituído por três lógicas de racionalidade: estético-expressiva da arte e da literatura, moral-prática da ética e do direito e cognitivo-instrumental da ciência e da técnica. A partir daí, os princípios e as lógicas estão ligados por cálculos de correspondência, sendo que a racionalidade estético-expressivo articula-se com o princípio da comunidade (idéias de identidade e comunhão), a racionalidade moral-prática liga-se ao princípio do estado (monopólio de distribuição e distribuição de direito) e a racionalidade cognitivo-instrumental corresponde-se com o princípio do mercado (individualidade, concorrência e força produtiva).

Um breve resgate dos ideais iluministas, em razão da análise de Santos, segue. O propósito de Hobbes em sua obra mais famosa, *Leviatã* (1651), era apresentar a obediência dos indivíduos a um soberano absoluto como dispositivo de sobrevivência de uma sociedade, baseado em dois julgamentos táticos:

- “se a obediência a um soberano absoluto pode se justificar, então a obediência a quem detém poder também se justifica”;
- “se os súditos que têm como único interesse a auto-preservação podem ser “persuadidos de que eles têm um dever de obediência, então os súditos com auto-motivações menores também terão de reconhecer esse direito” (FEREJOHN, PASQUINO, 2001, p.9).

Hobbes afirma que a oposição à obediência, em um 'estado de natureza', é caracterizado como uma “guerra de todos contra todos” e desenha para o homem que vive nesse estado uma “vida solitária, pobre, sórdida, bruta e curta”. A função do Estado na concepção de Hobbes é controlar a natureza do homem e ser soberano para resolver os problemas da sociedade e promover, a partir daí, o bom convívio de seus indivíduos.

Rousseau, segundo Blackburn (1994), foi mais otimista. Em sua obra *O contrato social* (1762), Rousseau releva os objetivos comuns ou partilhados de um grupo ou comunidade de pessoas, o próprio povo, como base da construção de um governo e das instituições políticas. Para tal, Rousseau considera essencial que “a informação seja acessível a cada cidadão para que esses sejam aptos a descobrir os propósitos comuns” (FEREJOHN, PASQUINO, 2001, p.19) . E mais, a vontade geral está associada ao tratamento igual e benéfico dos cidadãos e não somente aos propósitos comuns de uma comunidade.

Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas
Complexidade, Mobilidade, Memória e Sustentabilidade
Natal, 18 a 21 de setembro de 2012

o laço da sociedade é o que existe em comum entre esses diferentes interesses, e se não houve um ponto onde todos os interesses eram idênticos, não poderia ter havido sociedade (*O contrato social*, Livro II, cap. I).

A vontade de todos os membros do Estado é a vontade geral, através da qual eles são cidadãos e livres. Quando se propõe uma lei na assembleia do povo, o que se lhe pergunta não é exatamente se ela aprova ou rejeita a proposta, mas se ela está de acordo com a vontade geral, que é a sua vontade. Cada qual, dando o seu voto, coloca a sua posição sobre aquele ponto, e a vontade geral é declarada pela contagem dos votos. Quando, portanto, uma vontade que é contrária à minha prevalece, ela só prova que eu estava errado, e o que eu pensava que fosse a vontade geral não o era. Se minha opinião particular prevalecesse, eu teria feito o que não desejava e não teria sido livre. (*O contrato social*, Livro IV). (ROUSSEAU *apud* FERREJOHN, PASQUINO, 2001. p.17)

Para o maior influenciador do movimento do romantismo do final do século XVIII, o 'estado de natureza' era defendido como "a concepção de uma nobre anarquia onde relações de tipo familiar cumprem por si só a coesão social a que as sociedades modernas acrescentam a coerção legal" (BLACKBURN, 1994, p.127).

Locke não rejeita as ideias de Hobbes mas prevê a lei, vinculada ao poder de punir, na condição natural. Em seu *Segundo Tratado do Governo Civil* (1689), Locke abre o 'estado de natureza' à economia, onde os homens vivem num "estado de perfeita liberdade para ordenar suas ações e para dispor de suas posses e pessoas como julguem adequado, dentro dos limites da lei de natureza, sem pedir autorização ou depender da vontade de qualquer outro homem" (LOCKE *apud* KUNTZ, data, p.5).

De volta aos cálculos de correspondência estabelecidos por Santos, podemos inferir que, no que diz respeito ao princípio da comunidade, temos hoje o desenvolvimento de nossas atividades, na maioria das vezes, alheias à vontade geral. Se Rousseau imaginava uma sociedade funcionando sob objetivos e vontades comuns, hoje vivemos sob prenúncios da fragmentação de saberes e a singularidade do espaço e tempo.

[...] A vontade geral pode não ser aplicável a uma ação específica – pode não interessar ao público se fazemos as coisas de uma forma ou de outra na maior parte das nossas vidas domésticas. Em segundo lugar, nós podemos não conseguir perceber a vontade geral, confundindo-a com o que é do nosso interesse privado. Finalmente, podemos perceber a vontade geral mas não conseguir agir segundo ela, preferindo, ao contrário, seguir o nosso próprio curso privado de ação (FERREJOHN, PASQUINO, 2001, p.18).

Quanto ao princípio do mercado, mesmo sob as duas vertentes históricas – modernidade não vivida ou pós-modernidade como respostas à problemática da modernidade, o discurso de quem faz a sociedade está distante do 'real' – não atendemos a problemas sociais específicos detectados em um certo ponto no tempo, mas à interesses e princípios estabelecidos por um mercado simbólico que exige, dita regras, fixa preço e vende (BOURDIEU, 1990). Como exemplo, o atual programa habitacional Minha Casa Minha Vida reflete por si só a prevalência do mercado onde privilegia-se quem pode pagar.

E por fim, o princípio do Estado. Boaventura Santos (1996) levanta a hipótese de que a *hiper-cientificização* do pilar da emancipação desequilibrou as relações de vinculação recíproca entre este e o pilar da regulação. Por via da sua articulação privilegiada com a ciência, o princípio do mercado esvaziou progressivamente o princípio da comunidade e colonizou o princípio do estado" (SANTOS, 1991, p.24).

Nesse sentido, Santos (1991) atesta que os excessos da modernidade que a ciência prometeu corrigir, não só não foram corrigidos, como não cessam de se reproduzir; os déficits que a

ciência prometeu superar, não só não foram superados, como se multiplicaram e se agravaram. Em sua visita ao Fórum Social de Porto Alegre, o sociólogo Boaventura de Souza Santos (2003) disse em entrevista: “eu acho que o principal problema do conhecimento científico hoje é que ele se separou das práticas sociais e portanto temos uma realidade social que está subteorizada”.

Algumas promessas quebradas na modernidade são listadas por Brüseke (2002) : “liberdade, igualdade, emancipação do homem da sua minoridade por meio do uso da razão, progresso social e econômico, superação da fome e das doenças, paz ao invés da guerra, e também em versão mais recente: individualidade, autenticidade e autorealização, reconhecimento da diferença, comunicação, participação”. Nesse sentido, e retornando à pergunta de Habermas, podemos dizer que talvez não estejamos tão longe dos propósitos originais do projeto da modernidade como agora.

3 A ÓTICA SOCIAL DE BOURDIEU

Segundo Bourdieu (1989, 1997, 1999), as pessoas apropriam-se do espaço urbano por meio de seus corpos situados no tempo e espaço. Mas se o espaço urbano é ou não apropriável, isto é, se a distribuição de diferentes espécies de bens ou de serviços no espaço físico é acessível ou não, depende não só da posse pelo sujeito das diferentes espécies de *capital* como também da estrutura de distribuição das espécies de capital.

O conceito de capital, proposto por Bourdieu, é carregado de dimensões materiais, mas, também simbólicas, sendo:

- o capital cultural, constituído pelas relações entre cultura erudita e cultura escolar, existe como disposição do corpo (linguagem, fala), bem cultural (livros, máquinas) e também como conhecimento legitimado pelas instituições (escola, universidade). Bourdieu considera, entretanto, mais do que os diplomas ou a escolaridade dos pais, o nível cultural global da família como mantenedor da relação mais estreita com o êxito escolar da criança, legitimador do sistema de classes;
- o capital social, refere-se ao conjunto de contatos sociais e amizades que podem ser mobilizadas em prol de algum benefício, real ou simbólico;
- o capital econômico, vinculado ao montante de bens e recursos materiais que o sujeito possui.

Com vista a manter ou melhorar sua posição no espaço social, o sujeito lança mão de estratégias de uso desses três capitais, conformando o capital simbólico. Contudo, as possibilidades de facilitação ou favorecimento para a acumulação de capital estão essencialmente associadas às oportunidades do sujeito apropriar-se fisicamente de um espaço urbano desejável. Inversamente, os que não possuem capital se mantêm à distância (física ou simbólica) das pessoas, dos bens e serviços mais necessários e úteis. Ou seja, os sujeitos ocupam o espaço social em razão do volume e da estrutura dos diferentes capitais que possuem.

Assim, os benefícios proporcionados pelo espaço urbano são resultados de lutas sociais entre sujeitos (dominados e dominantes, em razão do menor ou do maior capital), quais sejam:

- ganhos de localização, pelo fato do sujeito estar localizado perto de bens raros e cobiçados (principalmente, equipamentos culturais, educacionais e de saúde);
- ganhos de posição de classe, ganhos simbólicos de distinção ligados à posse de uma propriedade distintiva, segundo as possibilidades de acesso físico (meios de transporte públicos ou privados) e temporal;
- ganhos de ocupação, referente à posse de um espaço físico (parques, grandes apartamentos, condomínios), podendo ser uma forma de manter à distância ou de excluir toda espécie de intrusão indesejável (BOURDIEU, 1997).

Tais lutas são travadas em um campo de disputa, alimentado por regras, práticas e interesses que legitimam a ação dos dominantes sobre os dominados, satisfazendo a violência simbólica. Essa maneira de Bourdieu ver o espaço como extensão da ocupação do sujeito, posicionado em uma estrutura social, permite-nos afirmar que as distâncias espaciais (re)afirmam as distâncias sociais, e vice e versa. Distâncias essas, historicamente produzidas por atributos que lhe dão forma – exclusão e inclusão, monumentalidade e cotidiano, cidade e campo, fachada e fundos, entrada e serviço, parte alta e parte baixa, proscênio e bastidores, centro e periferia.

Sob a ótica de Bourdieu, o espaço urbano é constituído pela relação de forças entre os sujeitos que o alimentam, o conservam ou o transformam em função de seus interesses frente aos objetos de disputas – entre eles moradia, museu, escola, hospital, equipamentos públicos, parques, praças, transporte coletivo e individual, espaço público, etc. Sendo assim, a sociedade contemporânea se estrutura por meio da disputa pelo espaço urbano como igualmente estrutura a mesma disputa. Se as lutas sociais são travadas em campo de disputa é porque ali relações de poder surgem como prática social e, como tal, são constituídas historicamente.

4 AS RELAÇÕES DE PODER EM FOUCAULT

Nesse sentido, um terceiro ponto de vista teórico nos conduz ao debate que está sendo proposto. As relações de poder presentes na sociedade contemporânea se disseminam, segundo Michel Foucault (1979), por toda a estrutura social e gerem a vida dos homens, controlando suas ações - o poder só existe em ação e é uma relação de força. Sendo disciplinar, o poder “não destrói o indivíduo; ao contrário, o fabrica” (MACHADO, 1979, p.XX).

Foucault usa a produção em massa como exemplo de fabricação do homem necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade industrial capitalista. A produção habitacional genérica, por exemplo, ainda entendida como resposta eficaz de política pública brasileira, traduzida em espaço regrado e controlado, torna-se prática política disciplinar do corpo, da organização do espaço e do controle social.

Entretanto, quando há uma inversão das relações de poder, uma dominação se enfraquece – e, somente nesse momento, é possível a transformação social. Nesse contexto, surge a pergunta: é possível criar condições democráticas para que as pessoas compartilhem processos de produção do espaço urbano?

Recorremos à Foucault, aqui explicitado por Machado (1979, p. XXII): “a partir do século XIX, todo agente do poder vai ser um agente de constituição de saber, devendo enviar aos que lhe delegaram um poder, um determinado saber correlativo ao poder que exerce”. Michel

Foucault em sua célebre aula inaugural *A ordem do discurso* no *Collège de France*, em 1970, supõe que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm como objetivo “conjurar seus poderes e perigos”.

No que diz respeito aos procedimentos externos, Foucault (2002) apresenta a interdição (qualquer um não pode falar qualquer coisa), a oposição razão e loucura (o discurso que não pode circular como o dos outros) e a oposição falso e verdadeiro (só cabe ao discurso douto dizer o que é verdade ou não) como princípios de controle e delimitação. Quanto aos procedimentos internos, Foucault (2002) coloca o comentário (permite ao discurso guardar sua identidade e construir novos discursos), o autor (como unidade e origem das significações do discurso) e a disciplina (domínio de objetos em um jogo restrito) como princípios que se referem a classificação, ordenação e distribuição.

O saber é um dispositivo político que se articula com a estrutura econômica, ou seja, todo o saber tem sua gênese em relações de poder. A partir daí, constitui-se em política da verdade, centrada na forma do discurso científico e nas instituições que a produzem, submetida a uma constante incitação econômica e política, produzida como objeto de consumo e difusão.

5 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A partir dos pontos teóricos colocados, podemos dizer que temos em mãos a possibilidade de uma mudança: combinar diferentes discursos em condições sociais particulares para a produção de um outro discurso que valorize ações culturais, ambientais, sociais, econômicas e políticas construídas para enfrentar de forma mais coerente e atuante os desafios atuais do homem – entre eles, a produção do espaço urbano.

O papel do intelectual para Foucault (1979), seria lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, objeto e instrumento, na ordem do saber, da verdade, do discurso. E continua:

Trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns (FOUCAULT, 1979, p.171).

Esse acoplamento de conhecimentos e saberes é chamado por Foucault (1977, p.172) de *genealogia*, sendo uma tática capaz de “libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico”. Ou, uma forma de história que dá conta da “constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito” (1977, p.7).

Importante lembrar que Foucault (1979, p.170) entende os saberes das pessoas não como um saber comum mas, ao contrário, é um “saber diferencial incapaz de unanimidade e que só deve sua força à dimensão que o opõe a todos aqueles que o circundam”.

Santos (1991), por sua vez, sugere que para enfrentarmos os conflitos e as contradições da modernidade, somente a partir da própria modernidade seja possível transcendê-la, identificando suas representações abertas e inacabadas. O caminho, segundo o autor, não pode ser senão a revalorização do conhecimento- emancipação.

Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas
Complexidade, Mobilidade, Memória e Sustentabilidade
Natal, 18 a 21 de setembro de 2012

o conhecimento-emancipação é uma trajetória ou progressão entre um estado de ignorância, que designo por colonialismo, e um estado de saber, que designo por solidariedade. O conhecimento-regulação é uma trajetória ou progressão entre um estado de ignorância que designo por caos e um estado de saber que designo por disciplina. Se o primeiro modelo de conhecimento progride do colonialismo para a solidariedade, o segundo modelo progride do caos para a disciplina. Nos termos do paradigma, a vinculação recíproca entre o pilar da regulação e o pilar da emancipação implica que estes dois modelos de conhecimento se articulam em equilíbrio dinâmico (SANTOS, 1991, p. .

Essa seria a premissa programática do que Santos chamou de *ecologia de saberes* ou epistemologia pós-abissal – um pensamento alternativo de alternativas, ou a busca de credibilidade para os conhecimentos não-científicos e a utilização contra-hegemônica do conhecimento científico em uma relação interativa e interdependente (SANTOS, 2007).

Reconhecer os limites do conhecimento científico, nos permite reconhecer o valor da comunidade como “campo privilegiado do conhecimento-emancipação” e da criação de sujeitos capazes de reciprocidade. “A nova comunidade transforma o local num modo de olhar o global, o imediato num modo de olhar o futuro e o próximo num modo de olhar o humano e o não-humano” (SANTOS, 1991, p.30). Se olharmos para o conhecimento, científico ou não, como resultado consciente de todas as condições que o tornam possível, nos embasamos para entender a distinção entre as ciências.

Sob a ótica de Bourdieu, a partir da análise da formação do capital de cada campo e da luta por sua apropriação, é possível observar a valorização e escassez de certos bens que servem para a permanência de uma certa lógica da produção do espaço urbano. Segundo Bourdieu (1999, p.109), “quanto mais o campo estiver em condições de funcionar como o campo de uma competição pela legitimidade cultural, tanto mais a produção pode e deve orientar-se para a busca das *distinções culturalmente pertinentes* em um determinado estágio de um dado campo, isto é, busca dos temas, técnicas e estilos que são dotados de valor na economia específica do campo por serem capazes de fazer existir culturalmente os grupos que os produzem”.

A expressão artística e o consumo de estilos ditados do ponto de vista da arquitetura, o domínio do mercado de bens simbólicos, as inovações tecnológico-construtivas autônomas do especialista e a separação intelectual da função do projeto e da produção do edifício podem ser vistos como sintomas da modernidade no espaço urbano. Por outro lado, são também geradores de ruídos que fazem o espaço urbano ser descolado de seu tempo/espaço.

Entretanto, esses conflitos e desencontros de esfera cultural e social são, por outro lado, testemunhos da pós-modernidade aqui compreendida “[...] não como uma etapa ou tendência que substituiria o mundo moderno, mas como uma maneira de problematizar os vínculos equívocos que ele armou com as tradições que quis excluir ou superar para constituir-se” (CANCLINI, 2000, p.28).

Nesse cenário, explicitamos alguns questionamentos:

- como é possível a operacionalização dos conhecimentos fragmentados?
- existirão condições para alternativas?
- é possível a redistribuição de recursos materiais, sociais, políticos, culturais e simbólicos?
- como formar decisões partilhadas?

- como podemos traduzir esta perspectiva em práticas de conhecimento?

Tentar buscar respostas à essas perguntas é um dos objetivos ao relatarmos aqui nossas práticas de ensino, pesquisa e extensão. A proposta do simpósio é apresentar os avanços e as limitações referentes aos projetos que tem como objetivo comum elaborar contraposições à atual produção do espaço urbano.

O artigo *Arquitetura e cidade: experimentando outros mundos possíveis* aborda as características e implicações dos processos hegemônicos de modernização e globalização, assim como da emergência de movimentos de contra-hegemonia, capazes de constituir uma reversão vital dos mecanismos dominantes. Pretende-se indagar a ciência, este lugar particular e suas determinações surgidas das partilhas hegemônicas que conferem a cada campo do conhecimento seu quinhão da realidade - seu objeto - a ser trabalhado por atores exclusivos de acordo com métodos e linguagens igualmente próprios e específicos, de modo a afirmar e garantir não só a cientificidade de suas práticas, mas também, por meio desta, o privilégio epistemológico da ciência. Espera-se que a reflexão delineada seja capaz de somar-se à enunciação e fortalecimento de um outro discurso, capaz de vislumbrar parâmetros e referências renovados, passíveis por sua vez de expandir e desencadear ações de intervenção no espaço comprometidas com o fortalecimento da multiplicidade sócio-espacial.

O artigo *Artesanias construtivas: por outra prática acadêmica* relata as experiências produzidas em disciplinas de graduação, elaboradas com o objetivo de aproximar os diversos saberes (científicos, não-científicos, cotidianos) de agentes envolvidos em processos produtivos do espaço. As experiências relatadas permitem inferir que a tríade ensino, pesquisa e extensão apresenta avanços na interação teoria-prática, saberes normativos-empíricos, academia-cotidiano. Tais experiências assumem, como advoga Boaventura de Souza Santos (2008, p.26), a incerteza e a precariedade como oportunidade e força para a construção de processos compartilhados. Repletos de incertezas, sem roteiro, sem garantias: uma aposta.

O artigo *Processos transdisciplinares entre design, arquitetura e urbanismo* pretende discutir uma perspectiva alternativa à prática convencional da Arquitetura e do Urbanismo, a partir de um programa extensionista com o objetivo de desenvolver ações práticas que possam auxiliar positivamente no desenvolvimento local através de diversas atividades teóricas e práticas envolvendo ensino, pesquisa e extensão, em parcerias com empresas, estado, associações e instituições culturais, inserindo o design, a arquitetura e o urbanismo numa perspectiva transdisciplinar em que interessam atributos sociais, ambientais, políticos e econômicos.

No horizonte do debate proposto para o simpósio está a possibilidade de transformação do espaço urbano, a partir de estratégias de ação somadas aos processos compartilhados construídos por mecanismos contrários à lógica recorrente de produção, hoje assentada em relações de poder.

6 AGRADECIMENTOS

Fapemig, CNPq e Proex/UFMG.

7 REFERÊNCIAS

BLACKBURN, Simon. *Dicionário Oxford de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1994.

Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas
Complexidade, Mobilidade, Memória e Sustentabilidade
Natal, 18 a 21 de setembro de 2012

- BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. In: _____ *A miséria do mundo*. São Paulo: Ed. Vozes, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRÜSEKE, Franz Josef. A modernidade técnica. *Rev. Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.17, n.49, jun. 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em Mar.2003.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas*. 3.ed. São Paulo: Edusp, 2000.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ed. Ática, 1995.
- FEREJOHN, John; PASQUINO, Pasquale. A teoria da escolha racional na ciência política: conceitos de racionalidade em teoria política. *Rev. Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.16, n.45, fev. 2001. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em Mar.2003.
- FERNANDES, Geni Chaves. O objeto de estudo da ciência da informação. *Informare – Cad. Prog. Pós-Graduação Ciência Informação*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.25-30, jan./jun.1995.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 26 ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002. 79p.
- KUNTZ, R. Locke, *Liberdade, Igualdade e Propriedade*. Disponível em <http://www.iea.usp.br/iea/textos/index.html>. Acesso em 01 de Junho de 2012.
- HABERMAS, Jurgen. Modernity versus postmodernity. In: ALEXANDER, J. C.; SEIDMAN, S. (eds.) *Culture and society: contemporary debates*. Cambridge: Cambridge University, 1990. p.342-354.
- MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 26 ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979. p. VII-XXIII.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Ciência. In: Silva, Manuel M. C. (org.) *Dicionário do pensamento contemporâneo*. Lisboa: Dom Quixote, 1991, p.23-43.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Subjectividade, Cidadania e Emancipação, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n.32, p.135-191, 1991.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 8.ed. Porto: Afrontamento, 1996.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Porto Alegre, 2003. Entrevista concedida a André Deak e Giovanna Modé, *Revista Nova-e.inf.br*. Disponível em <<http://www.novaeconomia.inf.br/nomes/boaventura.htm>>. Acesso em Fev. 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção para um novo senso comum; v. 4)
- SEIDMAN, Steven. Substantive debates: moral order and social crisis – perspectives on modern culture. In: ALEXANDER, J. C.; SEIDMAN, S. (Eds.). *Culture and society: contemporary debates*. Cambridge: Cambridge University, 1990. p.217-235.
- TEIXEIRA, Claudia Hlebetz. Onde os intérpretes da informação? *Informare – Cad. Prog. Pós-Graduação Ciência Informação*, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.37-44, jul./dez.1995.